

## **Fundamentação da Alteração do Plano Director Municipal de Viana do Alentejo**

O Plano Director Municipal de Viana do Alentejo (PDMVA), ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 12/97, de 22 de Janeiro, publicada no Diário da República, I Série-B, e alterado por adaptação conforme aviso n.º 25857/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 10 de Dezembro de 2010, estabelece nos seus artigos 25º e 26º a caracterização e condicionantes da classe de espaço “Espaços de Indústrias Existentes”.

Considera-se ora que os referidos artigos deverão ser objecto de alteração, a efectuar nos termos do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, pela Lei n.º 56/2007, de 31 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, de forma a permitir a existência de usos habitacionais, de comércio e serviços, a para dos industriais.

Com efeito, de acordo com o artigo 25.º do PDMVA, a classe de espaço “Espaços de Indústrias Existentes”, encontra-se definida como “espaços de indústria consolidada, dotados de infra-estruturas urbanísticas adequadas” que se caracterizam “pela permanência de instalações com funções industriais, garantindo a existência de postos de trabalho nas proximidades de zonas habitacionais.”.

Por seu turno, o n.º 1 do artigo 26º do PDMVA, estabelece como condicionante desta classe de espaço que “salvo plano de pormenor que o preveja expressamente, não poderá ser autorizada a alteração à função de utilização industrial, sem embargo da possibilidade de instalação de actividades industriais de tipo diverso.”

O n.º 2 do mesmo artigo indica os condicionamentos a que ficam sujeitas estas zonas.

Considera-se que quer a caracterização, quer as condicionantes definidas para esta classe de uso deverão ser objecto de alteração pelos seguintes motivos.

- esta classe de espaço encontra-se representada na Planta de Ordenamento Urbano de Viana do Alentejo numa área em que à data da entrada em vigor do PDMVA já se verificava o uso habitacional;

- encontra-se na presente data desactivada a principal unidade industrial que terá dado origem à definição daquela classe de espaço;
- encontra-se contígua com áreas correspondentes à classe de uso “Espaços urbanos”, representados em planta como “Área Urbana Consolidada”;
- pretende-se que o desenvolvimento das actividades industriais ocorra sobretudo em zonas vocacionadas para o efeito.

A existência de usos habitacionais, comerciais, de serviços e industriais naquela área implica necessariamente uma correcção na redacção dos artigos referenciados no sentido de adequar a definição da classe de espaço e suas condicionantes aos vários usos.

A inclusão dos vários usos na classe de espaço “Espaços de Industrias Existentes”, conduz à aplicação a estes espaços do disposto nos artigos 19.º a 22.º do PDMVA, que definem as características e condicionantes dos “Espaços Urbanos”. Esta solução enquadra-se nas condições do nº2 do artigo 85º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, na redacção actual, atendendo que, com a presente alteração, na área abrangida pela classe de espaço “Espaços de Industrias Existentes” serão aplicados os parâmetros urbanísticos da classe de espaço contígua (“Espaços Urbanos”).

Na alínea e) do nº 1 do artigo 20 encontra-se definido que “o índice de implantação varia entre 0,6 e 0,8.”,

Este índice encontra-se desadequado à realidade vigente à data de entrada em vigor do PDMVA, como fundamenta o relatório técnico em anexo, que faz parte integrante da presente fundamentação.

Assim, verificada a necessidade de alterar os artigos 25º e 26º do PDMVA, com a aplicação a estes espaços do disposto no n.º 1 do artigo 20.º do PDMVA, considera-se pertinente que se proceda também à alteração da alínea e) do nº 1 do artigo 20, conforme proposto no relatório anexo.

A presente alteração não estará sujeita a avaliação ambiental nos termos do artigo 96º, nºs 3 e 4, do Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção actual, e artigo 3º, nº2, do Decreto-Lei 232/2007, de 15 de Junho, por não se considerar a presente alteração susceptível de ter efeitos significativos no ambiente, pelos seguintes motivos:

1º - incide sobre uma área que se procura requalificar para fins que não apenas industriais, o que pressupõe um desagravamento dos efeitos negativos no ambiente;

2º - a variação do índice de implantação não corresponde a nenhum critério urbanístico relevante, uma vez que se encontra fixado o índice de construção e a densidade habitacional máxima, os quais balizam a capacidade construtiva;

3º - encontram-se em curso a Revisão do PDMVA e a Elaboração do Plano de Urbanização da Vila de Viana do Alentejo, conforme deliberações tomadas na reunião da Câmara Municipal de Viana do Alentejo de 16/02/2011, sujeitas a avaliação ambiental, pelo que os eventuais efeitos ambientais serão melhor avaliados no âmbito destes processos, entendimento que também decorre do nº2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho.